

Argentum Comercializadora de Energia Ltda.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente nº 2426H-039-PB

Em 31 de dezembro de 2023



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil

T +55 11 3886-5100

Ao Administrador da
Argentum Comercializadora de Energia Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Argentum Comercializadora de Energia Ltda. (“Empresa”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Argentum Comercializadora de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós ou por outro auditor independente.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluímos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC 2SP-034.766/O-0



Rafael Castro Hansted
Contador CRC 1SP-337.546/O-1

ARGENTUM COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não-auditado)	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não-auditado)
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.468	1.610	Impostos e contribuições a recolher		5	2
Outros créditos		1	-	Total do passivo circulante		5	2
Impostos a recuperar		14	14				
Total do ativo circulante		<u>2.483</u>	<u>1.624</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	5.a)	2.210	1.500
				Reserva de lucros		268	122
				Total do patrimônio líquido		2.478	1.622
TOTAL DO ATIVO		<u>2.483</u>	<u>1.624</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.483</u>	<u>1.624</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGENTUM COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não-auditado)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		-	-
CUSTO DA ENERGIA COMPRADA		-	-
LUCRO BRUTO		<u>-</u>	<u>-</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais		<u>(4)</u>	<u>(2)</u>
RESULTADO FINANCEIRO		<u>(4)</u>	<u>(2)</u>
Receitas financeiras	6	197	133
Despesas financeiras	6	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
		<u>196</u>	<u>132</u>
LUCRO OPERACIONAL DO PERÍODO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>192</u>	<u>130</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	7	(46)	(31)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>146</u>	<u>99</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGENTUM COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não-auditado)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	146	99
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	<u>146</u>	<u>99</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGENTUM COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social			Lucros (Prejuízos)	Total
		Subscrito	Integralizado	à integralizar	acumulados	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (não-auditado)		1.500	1.500	-	23	1.523
Lucro / (Prejuízo) líquido do período		-	-	-	99	99
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (não-auditado)		1.500	1.500	-	122	1.622
Aumento de capital	5.a)	710	710	-	-	710
Lucro / (Prejuízo) líquido do período		-	-	-	146	146
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		2.210	2.210	-	268	2.478

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGENTUM COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022 (não-auditado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro do período		146	99
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Imposto de renda e contribuição social	8	(46)	(31)
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Impostos a recuperar		-	(8)
Outros créditos		(1)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Impostos e contribuições a recolher		49	32
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>148</u>	<u>92</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Integralização/Aumento de capital	5.a)	710	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		<u>710</u>	<u>-</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>858</u>	<u>92</u>
Saldo no início do período		1.610	1.518
Saldo no final do período		2.468	1.610
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
		<u>858</u>	<u>92</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ARGENTUM COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A ARGENTUM COMERCIALIZADORA DE ENERGIA LTDA. (“Empresa”), é uma empresa limitada com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 05 de dezembro de 2019, e tem por objeto a comercialização de energia elétrica, em todas as formas e modalidade no âmbito do setor elétrico.

A Matrix Energy S.A., na qualidade de controladora da Argentum Comercializadora de Energia Ltda., possui o compromisso de garantir as operações da Empresa, disponibilizando os recursos financeiros necessários para apoiá-la em todas as circunstâncias relevantes

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e legislação específica da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais da Empresa, incluindo as mudanças, estão apresentadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas, e o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.3.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa. Todas as demonstrações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos críticos

As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 8 - Instrumentos financeiros e gestão de riscos - principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

2.4. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de determinados ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos), tem seu custo ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. Os ativos mantidos para a venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas adiante de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Receita de contrato com cliente e receitas financeiras

Receita de venda de energia elétrica

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica, acordado em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, quando o controle da energia ou serviços é transferido para a entidade adquirente e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Empresa baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

Componentes de financiamento

A Empresa não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência da energia elétrica ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Empresa não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro.

b) Ativos financeiros

Classificação

A Empresa classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo por meio do resultado; e
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

A Empresa classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:

- Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado;
- Investimentos patrimoniais mantidos para negociação e investimentos patrimoniais para os quais a entidade optou por não reconhecer ganhos e perdas por meio de outros resultados abrangentes; e
- Compromissos futuros assumidos por meio de contratos de compra e venda de energia elétrica, classificados contabilmente como “Valor justo de contratos de energia” (Nota 6).

Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas são registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido.

Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, isso dependerá de a Empresa ter feito ou não a opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Empresa não possui investimentos em títulos de dívida nos exercícios ora apresentados.

Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e tenham sido transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Empresa mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

As variações no valor justo dos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidas em outros ganhos/(perdas) na demonstração do resultado.

Impairment

A Empresa avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, quando aplicável, a Empresa aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da Empresa ou da contraparte.

c) Valor justo dos contratos de energia

A Empresa possui um portfólio de contratos de compra e venda de energia para atender a demanda e as ofertas do mercado de energia no ambiente de contratação livre (ACL). Tais contratos são contabilizados como instrumentos financeiros a valor justo e são reconhecidos no balanço patrimonial da Empresa na rubrica de "Valor justo dos contratos de energia", na data em que o contrato é celebrado e são remensurados ao valor justo na data do balanço.

O valor justo desses contratos é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram premissas internas de análise de submercados e suas respectivas ofertas e demandas, cenários de estresse para preços de alta e de baixa, entrada de novos geradores que possam impactar preços de mercado, lastro capturado pelos últimos doze meses junto a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, entre outros aspectos. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos for diferente do preço da transação, um ganho de valor justo ou perda de valor justo é reconhecido na data-base, resultante de um saldo ativo ou passivo no balanço. O efeito do valor justo dos contratos de compra e venda de energia está divulgado na rubrica de valor justo dos contratos de energia.

d) Contas a Receber

As contas a receber decorrem substancialmente do fornecimento de energia elétrica faturada e a faturar aos consumidores livres no curso normal das atividades da Empresa. A Empresa mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, quando aplicável, mensuradas subsequentemente pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas, quando aplicável. Na prática, pelo fato das contas a receber serem liquidadas normalmente em um prazo não superior a 90 dias, os valores contábeis representam substancialmente o valor presente na data do balanço.

Da mesma forma, em decorrência das características das contas a receber e ausência de histórico de inadimplência, nenhuma provisão para perdas esperadas e/ou incorridas foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

e) Provisões e contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária), quando aplicável, são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

f) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

As contas garantidas, quando aplicável, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

g) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Empresa espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

(iii) Compensação de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Os tributos sobre a renda correntes e diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, tributos correntes e diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

h) Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

As compras (custo de energia comprada) e as vendas (receita de suprimento) são registradas pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas pela CCEE, entidade responsável pela apuração das operações de compra e venda de energia. Nos meses em que essas informações não são disponibilizadas em tempo hábil pela CCEE, os valores são estimados pela Administração da Empresa, utilizando-se de parâmetros disponíveis no mercado.

i) Capital Social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções, quando aplicável, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

j) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Empresa é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor diferente do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral e/ou Conselho de Administração.

k) Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do exercício atribuível aos acionistas da Empresa e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por ação. A Empresa não possui instrumentos com efeito diluidor, e por este motivo, não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

3.1. Novas normas e interpretações, vigentes e não vigentes

As seguintes normas alteradas e interpretações são efetivas para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, destacamos as alterações a seguir: CPC 50 (IFRS 17) – Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021).

Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 - Fazendo Julgamentos de Materialidade.

Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Impostos Diferidos relacionados com Ativos e Passivos decorrentes de uma Única Transação.

Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o Lucro – Reforma Tributária Internacional – Regra do Modelo do Pilar Dois (*).

Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros – Definição de Estimativas Contábeis.

(*) Na data de divulgação do modelo de demonstração financeira, a regra do modelo do Pilar Dois estava sob avaliação dos reguladores brasileiros, dessa forma, as alterações não foram refletidas no CPC correspondente.

- Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2023, novas e revisadas emitidas e ainda não vigentes:

Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e à IAS 28/CPC 18 (R2) Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto.

Alterações à IAS 1 / CPC 26 (R1) Classificação do Passivo como Circulante ou Não Circulante;

Alterações à IAS 1 Passivo Não Circulante com Covenants;

Alterações à IAS 7 e à IFRS 7 Acordos de Financiamento de Fornecedores; e

Alterações à IFRS 16 Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback".

A Empresa avaliou as alterações nos pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> (não auditado)
Caixa e bancos	8	184
Aplicações financeiras (i)	<u>2.460</u>	<u>1.426</u>
Total	<u>2.468</u>	<u>1.610</u>

(i) As aplicações financeiras consistem em operações de renda fixa com compromissos de recompra lastreadas em certificados de depósitos e outros títulos de emissão de entidades financeiras, remunerados pela taxa média de 96% (102% em 31 de dezembro de 2022) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. De acordo com os contratos firmados pela Empresa e pelos bancos, essas aplicações podem ser resgatadas em prazo inferior a 90 dias, sem perda dos rendimentos. Dessa forma, foram consideradas de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

5. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 10 de junho de 2022, foi concluída a transação e assinado o acordo de acionistas que celebra a entrada da Prisma Capital por meio dos seus fundos PCS II Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - IE ("PCSII") e PSS Principal Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia - IE ("PSS") no Grupo Matrix Energia. Sendo assim, a Matrix Energy Participações S.A. continuou mantendo suas quotas que representam 99,993% das quotas da Argentum Comercializadora, sendo os 0,007% das quotas residuais correspondentes a Matrix Holding de Energia Ltda..

Em 09 de novembro de 2023 houve o aumento de capital social no montante de R\$ 700.000, sendo totalmente integralizado no valor de R\$ 1,00 (um real) cada quota.

Em 22 de dezembro de 2023 houve um novo aumento de capital social no montante de R\$ 10.000, sendo totalmente integralizado no valor de R\$ 1,00 (um real) cada quota.

O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.210.000, sendo totalmente integralizado no valor de R\$1,00 (um real) cada quota, conforme composição a seguir:

	%	Quantidade	Valor - R\$
MATRIX Energy Participações S.A.	99,993%	2.209.850	2.209.850
MATRIX Holding de Energia Ltda.	0,007%	150	150
Total	100%	2.210.000	2.210.000

Lucros acumulados

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa acumulou lucros no exercício de R\$ 268 (R\$ 122 em 31 de dezembro 2022).

6. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023	31/12/2022 (não auditado)
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira	207	139
(-) Impostos sobre receitas financeiras	(10)	(6)
	<u>197</u>	<u>133</u>
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1)	(1)
	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Resultado financeiro	<u>196</u>	<u>132</u>

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

As provisões para Imposto de Renda e Contribuição Social foram constituídas com base nas alíquotas vigentes e nos lucros tributáveis ajustados pela legislação vigente.

A reconciliação da taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022 (não auditado)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	192	130
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
(=) Tributos calculados à alíquota nominal	(65)	(44)
Exclusões/adições permanentes	19	13
	<u>(46)</u>	<u>(31)</u>
	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022 (não auditado)</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Correntes	(46)	(31)
	<u>(46)</u>	<u>(31)</u>
Taxa efetiva do imposto de renda e contribuição social	24%	24%

De acordo com a legislação fiscal vigente, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não estão sujeitos a prazo de prescrição, mas sua utilização está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis futuros.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

(a) Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Gerenciamento de riscos

A Empresa mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. A forma de identificação e condução desses riscos é de suma importância para obtenção de lucratividade. Os riscos mais significativos são:

Risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas por inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou investimentos financeiros.

Um dos principais riscos do setor é o descumprimento de contratos, isso ocorre quando uma das partes não honra algum dos compromissos assumidos em contratos de energia (registro, validação na CCEE ou pagamento bilateral), provocando exposição financeira da contraparte. A depender da magnitude da falta, essa pode gerar três efeitos nocivos para a contraparte afetada:

§ Exposição adicional ao risco de mercado, dada a substituição do contrato não adimplido por exposição (sobra ou déficit) no mercado a preços de curto prazo, que podem ser desfavoráveis a ela;

§ Crise de confiança, limitando a liquidez particular e aumentando o prêmio de risco para fechamento de posições, especialmente em Empresas de pequeno porte; e

§ Queda de liquidez de mercado em função de necessidade de ajustes de expectativas e aumento da aversão ao risco dos agentes, impactando no tempo de fechamento de posições.

Para mitigar esses riscos a Empresa adota como prática a análise da situação financeira e patrimonial de suas contrapartes, histórico de pontualidade de pagamentos e situação junto aos fiscos municipal, estadual e federal, bem como a eventual exigibilidade de garantias de suas contrapartes nas modalidades de cartas de fiança, seguro garantia, caução, reputação e conhecimento técnico dos sócios. Além disso atua com a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto, e de concentração de risco de crédito com as contrapartes. No que tange às instituições financeiras, a Empresa somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Executiva, que elaborou um modelo de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em virtude das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociados no mercado. Normalmente o risco é gerado por uma posição de energia em aberto (sobras ou déficits) ainda não convertida em contratos, exposta, portanto, a movimentos de preços de mercado que, em casos desfavoráveis para a Empresa detentora da posição, fazem reduzir seu valor da carteira de energia. Estas flutuações, positivas ou negativas, geram impacto econômico em todos os agentes atuantes no mercado livre de energia e são constantemente monitoradas pela administração da Empresa. A Empresa considera pelo valor já gerado em seu portfólio, e por isto, utiliza de diversos mecanismos de avaliação de risco, tais como: departamento de risco com reporte diário aos administrados, metodologia de risco utilizando VaR "Value at Risk", análise stress e sensibilidades, limites de riscos estabelecidos pela administração, atualização diária de preços e de volatilidade, reuniões semanais de alocação de risco e atualizações diárias das variáveis em risco.

(b) Instrumentos financeiros por categoria valor de justo e contábil

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos ou custo amortizado, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Empresa são como segue:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> <u>(não auditado)</u>	<u>Mensuração</u> <u>a valor</u> <u>justo</u>
<u>Custos amortizado (ativos financeiros)</u>			
Caixa e equivalente de caixa (nota 4)	2.468	1.610	Nível 1

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento.

Conforme mencionado na nota 3 a), o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais. Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

§ Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

§ Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

§ Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

9. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21 de fevereiro de 2024.

* * *